

CIÊNCIAS/HUMANIDADES
grandes esperanças ou ligações perigosas?

JOÃO ARRISCADO NUNES

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
e Centro de Estudos Sociais

Introdução ao painel

«Ciências/Humanidades: grandes esperanças ou ligações perigosas?»

107

A interpelação crítica dos diferentes saberes e formas de conhecimento através dos quais se procura dizer a verdade sobre mundo e a sociedade e legitimar a ordem social como uma espécie de ordem natural é um dos modos como a teoria crítica tentou produzir uma outra maneira de olhar, uma outra maneira de caracterizar a sociedade e as dinâmicas sociais de modo a permitir a abertura de espaços que conduzam, não a mais normalização, não à naturalização das relações sociais, não à ideia de que a sociedade tem de ser como é, mas à ideia de que a sociedade pode ser de outra maneira, pode ser diferente, abrindo ao mesmo tempo um espaço em que fosse possível agir no sentido dessa transformação. Daí que o problema dos saberes e das formas de conhecimento, o problema da relação entre esses saberes e essas formas de conhecimento, geralmente distribuídos e classificados sob as categorias de ciências, humanidades e ciências sociais, seja também o problema da relação entre as diversas configurações de saberes e de conhecimento e a acção com vista à transformação emancipatória da sociedade. Por isso, reinventar ou reconstruir a teoria crítica passa necessariamente também por reconstruir ou reconfigurar um

mapa de saberes, tal como o conhecemos hoje — um mapa dos saberes que assenta, principalmente, numa distinção entre a natureza, de um lado, e a cultura e a sociedade, do outro, e que serve, por sua vez, de fundamento às distinções hierarquizadas entre disciplinas e saberes. É importante, hoje, reexaminar a relação entre os saberes separados na base da distinção entre natureza e cultura, dando especial atenção a uma tendência que foi muito marcada, sobretudo, após o período inicial de constituição da teoria crítica da Escola de Frankfurt, a tendência para a denúncia — uma denúncia muitas vezes redutora — da ciência e da tecnologia enquanto modos de afirmação de uma racionalidade instrumental que constituiria um obstáculo à emancipação social.

Como é sabido, a resposta da teoria crítica à colonização do mundo e da sociedade pela racionalidade instrumental — resposta que encontra a sua expressão mais elaborada na obra de Adorno — passava pela ideia de que a possibilidade de redenção, a possibilidade última de emancipação, residiria na esfera estético-expressiva, numa dimensão estética que, quanto mais separada estivesse da contaminação pela sociedade, mais eficazmente poderia resistir a essa racionalização generalizada assente na racionalidade instrumental incorporada na ciência e na tecnologia. É interessante notar que, nos últimos anos, se têm verificado — especialmente em áreas transdisciplinares, como os estudos culturais e os estudos sociais da ciência — tentativas para voltar a pôr em diálogo e fazer convergir as formas de saber que são geralmente descritas como pertencendo a «duas culturas» — para retomar a expressão consagrada por C. P. Snow em finais da década de 50. Esse diálogo e essa convergência são fundamentais para nos ajudar a compreender melhor uma sociedade em que — como aqui lembrou, apropriadamente, Scott Lash — a tecnologia e a ciência passaram a estar por toda a parte, a fazer parte do nosso ambiente cultural e social.

Tornou-se urgente reinventar as configurações de saberes que permitam lidar com essa ubiquidade e com essa centralidade da ciência e da tecnologia. Para isso, é necessário evitar, quer a tendência para procurar na ciência e na tecnologia a solução para problemas que exigem que se recupere a discussão sobre o sentido, sobre a solidariedade, sobre as relações sociais, sobre a relação entre os saberes e os poderes, entre o conhecimento e a política, quer as tendências tecnóforas, que resistem a reconhecer na ciência e na tecnologia a possibilidade de elas virem a ser incorporadas num

conhecimento crítico renovado, num conhecimento que nos permita reconhecer as possibilidades mobilizáveis para uma transformação de sentido emancipatório do mundo e da sociedade. Importa, por isso, que esta discussão seja informada pelo reconhecimento não só de que não existe um fosso intransponível entre as diferentes formas de conhecimento que circulam hoje na sociedade, como também de que essas formas de conhecimento devem, por sua vez, ser informadas por uma outra concepção — multicultural e policêntrica — do conhecimento e da cultura.

A relevância destas questões torna-se particularmente visível quando consideramos que as sociedades contemporâneas são frequentemente descritas como sociedades de risco, sociedades de informação ou sociedades do conhecimento. O que está em jogo nas controvérsias em torno destas designações não é apenas um debate sobre a caracterização adequada das sociedades contemporâneas, mas também o problema da responsabilidade social da ciência e dos cientistas, dos peritos, dos produtores de conhecimento, dos produtores de informação, e a sua relação com o desenvolvimento de formas de participação pública e democrática dos cidadãos que permitam compatibilizar o(s) conhecimento(s), os direitos dos cidadãos e a democracia. Faz sentido, por isso, explorar as potencialidades de uma teoria crítica renovada neste domínio da reconfiguração dos saberes para uma nova prática de transformação social.

A realização dessas potencialidades passa, em primeiro lugar, por, como propõe o físico Jean-Marc Lévy-Leblond, «pôr a ciência em cultura», restituir à ciência a sua dimensão histórica e a sua densidade discursiva, conferir visibilidade ao papel central da linguagem na própria constituição da ciência, dos seus objectos e das suas representações, identificar as condições e circunstâncias históricas que geram e delimitam a sua eficácia, revelar a trama das relações entre o conhecimento científico e outras formas de conhecimento, incluindo os conhecimentos marginalizados, apropriados de modo descharacterizado ou simplesmente eliminados ao longo da história da ciência moderna, dar a ver as teias de relações entre as ciências e as artes, cartografar as continuidades e as descontinuidades entre saberes e competências que a modernidade arrumou dos dois lados das «grandes divisões» entre ciência e humanidades e entre ciência e senso comum, entre conhecimentos e crenças.

Em segundo lugar, é necessário ecologizar o conjunto dos

saberes, reconfigurar os nossos modos de envolvimento com o que costumamos designar por natureza e o que costumamos designar por sociedade. Natureza e sociedade são o resultado de um processo de construção mútua que exige formas de conhecimento que, ao reconhecerem esse carácter co-construído, sejam adequadas aos problemas que enfrentam as sociedades contemporâneas, no Norte como no Sul.

As quinze comunicações que foram apresentadas a esta sessão procuram, a partir de preocupações temáticas e de abordagens distintas, contribuir para essa reconfiguração dos saberes e para a construção de um conhecimento que seja mais interrogativo do que legislativo. Mais do que prescrever como deve ser o mundo, esse conhecimento deve, sobretudo, abrir espaços intelectuais e sociais que permitam articular a reflexão crítica e a intervenção social. Os autores das várias comunicações procuram, na diversidade das suas contribuições, interpelar temas que são de facto fulcrais para esse programa de reflexão e intervenção e que convergem, ainda que de diferentes maneiras, com o que foram as preocupações dos organizadores desta sessão.

O primeiro desses temas tem a ver com as fronteiras entre os saberes e entre as práticas e universos sociais organizados em relação com esses saberes, ao modo como essas fronteiras se constituem, às maneiras como a tensão entre a afirmação e a transgressão das fronteiras se relaciona e se articula com diferentes tipos de práticas e de intervenções que se pretende que tenham um sentido libertador e emancipatório. É esse o caso, por exemplo, de duas das intervenções mais polémicas que foram apresentadas — a de Mário Machaqueiro¹ e a de José Gabriel Pereira Bastos² — que procuram efectivamente interpelar, em primeiro lugar, a própria pertinência da discussão sobre a desejabilidade da transgressão das fronteiras entre formas de conhecimento, que admitem a possibilidade de que essa transgressão possa apontar, em alguns aspectos, num sentido efectivamente emancipatório, mas que manifestam também algum cepticismo em relação à generalização de uma proposição desse tipo. A intervenção de José Gabriel Pereira Bastos, em particular, suscita a reflexão sobre um problema de difícil aborda-

¹ «Manifesto a favor das fronteiras».

² «Ciência/Humanidades: grandes temores ou clivagens perigosas? Contribuição para uma Teoria Crítica das Ciências Sociais e das duas Teorias Críticas e para a abertura de um espaço estrutural-dinâmico de criatividade antropológica».

gem para as formas canónicas do conhecimento: o sofrimento humano.

Se as duas comunicações referidas procuram interpelar globalmente o próprio tema da sessão, a maioria das restantes comunicações procura, sobretudo, reflectir — apoiando-se, em muitos casos, em estudos empíricos — sobre as modalidades de reconfiguração dos saberes. Essa reconfiguração pode materializar-se, seja numa reconstrução ou numa redefinição interna de áreas ou disciplinas, tal como elas existem — por exemplo, através do reconhecimento da diversidade interna de paradigmas dentro dessa disciplina — como nos mostra Leonor Lima Torres³ a propósito do tema da formação —, seja na reconstrução de uma disciplina num sentido crítico, através do que podemos chamar uma endogeneização das tensões críticas e das relações com o social, o político, o jurídico e o institucional, de maneira a renovar a prática dessa disciplina — que é o que nos propõe, por exemplo, José Morgado Pereira⁴ a propósito da Psiquiatria —, ou ainda através da emergência de novas áreas do saber nas fronteiras das disciplinas que já existiam previamente e que geram áreas de conhecimento novas — de que são exemplos os casos das ciências cognitivas, das ciências do ambiente, de diferentes áreas das ciências da vida e das ciências sociais, e, num caso que foi tratado por Manuel Sérgio⁵, o caso da Motricidade Humana. Esta última versão da reconfiguração dos saberes — é importante sublinhá-lo — tem sido responsável pela emergência de algumas das áreas mais prometedoras e mais inovadoras da investigação científica e da produção cultural das últimas décadas, e deve, por isso, ser acompanhada com particular atenção.

Um outro aspecto também focado por grande parte das comunicações, foi o da possibilidade de reconfiguração dos saberes através da emergência de domínios de actividade e de objectos que podemos caracterizar como híbridos: trata-se de objectos que já não podem ser claramente classificados como pertencendo aos universos definidos pela divisão entre as «duas culturas», nem inequivocamente «naturais», nem inequivocamente «culturais» ou «sociais». Esses objectos são o resultado de uma actividade de imbricação e de transformação que gera uma multidão de «coisas inclassificáveis»

³ «Cultura, formação e democracia em contextos organizacionais».

⁴ «Para uma Psiquiatria crítica».

⁵ «Motricidade Humana — Grandes esperanças ou ligações perigosas?».

que proliferam nas sociedades contemporâneas. Outro aspecto importante desse processo de hibridação é o facto de que o conhecimento e intervenção normalizadora e disciplinadora vão normalmente a par da constituição desses objectos. Por outras palavras, estes apontam não só para a necessidade de produção de um conhecimento novo sobre eles, mas também para o facto de, muitas vezes, trazerem consigo novas maneiras de associar o saber e o poder, a ciência e a política. Alguns desses objectos e desses domínios da prática sugerem novas possibilidades críticas, apontando para uma realidade outra, diferente daquela que nós conhecemos hoje. Mas a hibridação pode, também, gerar novos poderes disciplinares. É nesta zona de incerteza que se joga, por exemplo, a relação entre o direito e diferentes disciplinas científicas, tema que foi tratado em algumas das comunicações apresentadas. Lino Oliveira Neves⁶, por exemplo, mostra-nos como essa relação tem um sentido bastante complexo e problemático no caso do reconhecimento dos direitos à terra das populações indígenas no Brasil e aponta-nos a maneira como o Direito funcionou no sentido de criar uma espécie de discurso normalizador sobre esse tema.

Susana Costa⁷, por sua vez, mostra-nos como a Biologia Forense, em particular quando ligada à actividade da investigação criminal, é uma actividade que pode levar ao surgimento de novos discursos normalizadores e da imposição de novas formas de classificação e de caracterização negativa de alguns sectores da população, nomeadamente através da constituição de bases de dados que levam a que as pessoas que tenham tido uma condenação prévia sejam os eternos suspeitos de crimes subsequentes. Ainda no domínio da Biologia Forense, Helena Machado⁸ fala-nos da maneira como nos processos de averiguação da paternidade a relação entre o direito e a ciência — nomeadamente através dos testes sanguíneos e, mais recentemente, através dos perfis genéticos baseados em amostras de ADN — permite normalizar a sexualidade e os comportamentos procriativos femininos, actuando também como reforço de um discurso normalizador que reafirma as divisões, hierarquias e formas de poder actualmente existentes na sociedade.

⁶ «Direito/Antropologia: Grandes esperanças ou ligações perigosas no processo de demarcação das terras indígenas no Brasil?».

⁷ «A Biologia Forense e a reconfiguração dos saberes».

⁸ «Vaca que anda no monte não tem boi certo» — Uma análise da prática judicial de normalização do comportamento sexual e procriativo da mulher».

Outros tipos de objectos híbridos na fronteira entre o natural e o cultural contribuem, ainda que de outros modos, para a naturalização e normalização da ordem social. Um desses objectos é o feto — que é, simultaneamente, um objecto de saberes e tecnologias biomédicos e um objecto de direito, um objecto do discurso moral, uma entidade que oscila entre a condição de objecto e a condição de sujeito *sui generis*, um sujeito que tem sempre que ser falado por outros sujeitos. São bem conhecidos os debates gerados em torno do feto, nomeadamente à volta de problemas como a despenalização do aborto, de que tivemos um exemplo recente em Portugal. O feto torna-se um elemento fulcral da reafirmação e consolidação das formas actualmente existentes de relação entre os sexos e de normalização da sociedade. É esse o tema da comunicação apresentada por Susana Rodrigues⁹.

Noutros domínios, como o desporto, encontramos uma outra forma de hibridação: a hibridação entre o conhecimento — um determinado tipo de conhecimento que é utilizado para normalizar uma prática, que começou por ser uma prática lúdica e que progressivamente vai sendo ela própria reapropriada pela economia e pela política, como nos mostra a intervenção de Carlos Nolasco¹⁰.

Um tema que tem ocupado uma posição central nos debates sobre a caracterização das sociedades em que a ciência e a tecnologia adquiriram uma importância central é o do risco, outro objecto híbrido que emerge, ele próprio, de alguns dos processos de hibridação acima evocados e, sobretudo, das tentativas de lidar com a incerteza e com as consequências indesejadas da proliferação de híbridos. Esse tema é explorado no estudo sobre o risco alimentar, apresentado por Pedro Graça e pelos seus colaboradores¹¹, e também na discussão sobre a relação entre a definição do risco e a afirmação da autoridade do conhecimento, da autoridade epistémica, e da sua relação com a autoridade política, a propósito do debate sobre a co-incineração¹².

A questão da relação entre os modos de conhecimento e os públicos aparece, ainda, nas contribuições que procuram lidar com as diferentes formas de intermediação e difusão do conhecimento, de que são exemplo as comunicações de Otilia

⁹ «O feto: da invisibilidade à perplexidade».

¹⁰ «Entre a descoberta e a reinvenção do desporto».

¹¹ «Risco — Uma perspectiva das Ciências da Nutrição».

¹² João Arriscado Nunes, «Gestão da incerteza, autoridade epistémica e trabalho de fronteira: o caso da co-incineração».

Lage¹³, Telmo Caria¹⁴ e Inês Faria¹⁵, propondo diferentes interpretações dessa relação.

Este conjunto de contribuições sugere que os objectos resultantes da convergência de novas formas de conhecimento habitam um espaço de incerteza que pode, seja dar origem a mais normalização e regulação, seja contribuir para abrir novos espaços que permitam a reformulação de modos de conhecimento com potencialidades emancipatórias. Neste sentido, e parafraseando Stuart Hall, podemos dizer que hoje o conhecimento — seja em que área for — passou a ser um conhecimento sem garantias, um conhecimento que só através de um trabalho de articulação, de criação de novas entidades, de novas relações, de novas alianças, pode ser efectivamente eficaz enquanto dimensão indispensável à transformação das relações de poder e das configurações de poderes/saberes que contribuem para a «naturalização» e normalização do mundo e da sociedade. ■

¹³ «Da disjunção da 'polémica' à 'complementaridade': Ciência e Sociedade (Portugal anos 30/40)».

¹⁴ «Investigar os intermediários do conhecimento».

¹⁵ «As interactividades entre Ciência-Sociedade-Tecnologia: as potencialidades da 'testemunha articulada'».